

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB)

14ª Reunião do GT-COBRAÇA – 11/08/2005 -9h30 – Consórcio PCJ - Centro de Referência em Gestão e
Proteção dos Recursos Hídricos

Resumo da Reunião

Membros presentes	
SERHS/ Coordenador	Luiz Roberto Moretti
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler (S)
ANA	Patrick Thomas
ABCON	Paula A B. da Costa Violante
	Enio Antonio Campana (S)
P. M. Americana	Paulo L. C. Filho (S)
Ciesp/ Campinas	Antonio D. da Silva
IGAM-MG	Marília C. de Melo
ASSEMAE	Alberto José G. Mendes
	Hugo M. P. Leme (S)
Consórcio PCJ	Sérgio Razera
	Francisco C. C. Lahóz (S)
SABESP	Sérgio Antonio da Silva
	Milton A Negrini (S)
ÚNICA	André Elia Neto
CETESB	Eneida M. M. Zanella
	Luiz Eduardo S. Leão (S)
SERHS	Francisco Martinez (S)

Membros Ausentes sem justificativa	
SAA/IAC	
P. M. Extrema	
SMA	
COSAN	
P. M. Sumaré	
Convitados	
PM Atibaia	Carlos R. B. Gravina
BRACELPA	Eduardo L. Paschoalotti
SANASA	Silvia Dias
	Vladimir José Pastore
	Paulo Tinel
	José Luis Santini Costa
	Renato Rossetto
Grupo São Martinho	Vitor Antenor Morilha
ANA	Wilde C. Gontijo Junior
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
Águas de Limeira S/A	Gilson Luis Merli
SABESP	Francisco J. T. Piza
CETESB	Alberto Degrecci Neto

1. Pauta: a convocação, com a pauta da reunião, foi enviada aos presentes por e-mail, no dia 26/07/2005. A pauta consta de: Abertura; Aprovação da minuta da ata da 13ª Reunião (06/07/2005, no DEPRN/Campinas – SP); Informes - Reunião ocorrida na ANA, em 18/07/2005; Consulta feita à Caixa Econômica Federal - CEF sobre o uso dos recursos da cobrança como contrapartida, e Desembolsos dos recursos da cobrança na Bacia do Paraíba do Sul -; Apresentação do Engº Renato Rosetto, da SANASA, sobre os “Critérios de Medição de carga orgânica e impactos na alíquota lançamento na fórmula da cobrança”; Apresentação de representante da ANA sobre o impacto da cobrança nos setores industrial e de saneamento; Discussão sobre a cobrança no setor agrícola; Discussão sobre a data de implantação da cobrança e progressividade da implantação; Discussão da Minuta de Deliberação sobre a implantação da Cobrança PCJ; Programação de atividades do GT-Cobrança; Outros Assuntos e Encerramento. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pelo sr. Moretti que deu boas vindas aos presentes e agradeceu ao Consórcio PCJ pela cessão das instalações para a reunião. **3. Apreciação do resumo da 13ª Reunião** (06/07/2005, no DEPRN/Campinas – SP): Foram distribuídas cópias do resumo da 13ª Reunião, e, após leitura, foi solicitado pelo sr. Moretti a inclusão do representante da SERHS, sr. Francisco Martinez, no quadro “Membros Ausentes com Justificativa”, já que o mesmo apresentou sua justificativa por e-mail. Não havendo outras considerações, a minuta apresentada, com a inclusão solicitada, foi aprovada por unanimidade. **4. Informes:** O sr. Moretti fez um breve resumo sobre a reunião do Grupo Técnico de Trabalho – GTT-PCJ, ocorrida na sede da ANA, em Brasília, no dia 18/07/2005, onde o foco principal foi a implantação da Agência de Bacias; informando que foi apresentado o andamento das reuniões ocorridas no GT-Agência, com a proposta de que, num período de transição, o Consórcio PCJ estivesse assumindo as funções de uma Agência de Bacias e que os Governos Estaduais de Minas Gerais e São Paulo estariam avaliando a questão para posterior manifestação. Na sequência o sr. Wilde disse que, realizou consulta à CEF sobre a possibilidade de uso dos recursos da cobrança como contrapartida de financiamentos junto a ela contratados, e que obteve como resposta que a mesma não vê qualquer empecilho, ou seja, os municípios poderão utilizar este procedimento, desde que os recursos financeiros correspondentes estejam previstos no orçamento. Continuando, o sr. Wilde fez apresentação de gráfico que contempla os montantes de recursos arrecadados e repassados aos tomadores pela AGEVAP. Salientou que existem, hoje, cerca de R\$ 12.300.000,00 repassados para a AGEVAP. Em relação aos Desembolsos dos recursos da cobrança, na Bacia do Paraíba do Sul, o sr. Wilde disse que, em 2004, devido ao processo eleitoral, alguns municípios não conseguiram gastar os recursos disponibilizados. Assim, até o momento, foram desembolsados cerca de R\$ 2.700.000,00. O sr. Alberto, da ASSEMAE, ressaltou o fato de que, de todo valor arrecadado, somente 20% foi aplicado pela AGEVAP. Frisou os obstáculos existentes em relação às licenças ambientais, questionando se tal fato também poderá ocorrer nas Bacias PCJ, ou seja, arrecadar-se e não se conseguir gastar. Alguns dos presentes ressaltaram que a realidade das Bacias PCJ é diferente à do Paraíba do Sul, acreditando que tal fato não venha a ocorrer, ressaltando, entretanto, que sempre haverá uma defasagem entre o arrecadado e o efetivamente investido, por conta de que, num primeiro momento, só se assinará contrato entre a CEF e um tomador, após haver a arrecadação do global de recursos a serem comprometidos. **5. Apresentações:** O sr. Renato Rossetto fez uma apresentação sobre “A Problemática da Cobrança pelo Uso da Água - A

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB)

14ª Reunião do GT-COBrança – 11/08/2005 -9h30 – Consórcio PCJ - Centro de Referência em Gestão e
Proteção dos Recursos Hídricos

35 questão da carga orgânica”. Falou sobre a composição do Esgoto Urbano e as características da Demanda Bioquímica de
Oxigênio - DBO. Discorreu sobre as incertezas e dificuldades para se utilizar esse parâmetro como balizador da cobrança
pelo lançamento. O sr. Moretti informou que existe todo um arcabouço legal e uma estrutura montada pela CETESB, em
torno da DBO e não da DQO e que por isso, já foi definido pelo grupo, em reuniões passadas, que, no prazo de dois anos, a
40 DBO será utilizada como parâmetro da cobrança pelo lançamento de carga orgânica, sendo, após este período, revisto,
incluindo-se, inclusive, outros parâmetros. O sr. Alberto ressaltou que, usando-se o parâmetro DBO, os serviços de
saneamento e o usuário urbano será prejudicado, em benefício das indústrias. O sr. André, da Única, ressaltou que a
entidade defende a adoção do parâmetro DQO, desde que mantida a mesma base de cobrança. A sra. Paula, da ABCON,
frisou a importância de se desenvolver um esforço para a padronização de análises para acompanhamento das medidas
desse parâmetro, comparando-se as medições efetuadas pela CETESB. A segunda palestra foi proferida pelo sr. Patrick, da
ANA, sobre “Impactos da Cobrança no Setor de Saneamento”. Foi realizada uma simulação dos valores a serem pagos pela
45 SANASA referentes à captação e ao lançamento, a qual apontou um impacto na tarifa média de água (sem a tarifa de
esgoto), com dados coletados junto ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS – 2003, de cerca de 3% e
de 1% sobre os gastos com pessoal, produtos químicos, energia, juros e encargos da dívida, depreciação, amortização,
projetos e fiscalização. O sr. Alberto não concordou com os dados apresentados, questionando que os cálculos não poderiam
ser realizados na forma como o foram. Após, a reunião foi suspensa para o almoço. **6 - Programação das Atividades:** No
50 período da tarde iniciou-se a reunião já definindo-se algumas datas de atividades futuras do GT-Cobrança. No dia
01/09/2005, em Campinas, deverá ser realizada a reunião conjunta do GT-Agência e do GT-Cobrança; no dia 08/09/2005,
em Indaiatuba, deverá ser realizada a reunião conjunta da CT-PL e da CT-PB e no dia 20/09/2005 deverá ser realizada a
Reunião Plenária, com local a definir. A pauta das reuniões conjuntas será a avaliação das minutas de Deliberação sobre
instalação da Agência PCJ e implantação da cobrança. Também foi deliberado que o sr. Moretti estará acertando com o sr.
55 Presidente dos Comitês PCJ o envio de um expediente aos municípios e entidades de saneamento básico das Bacias PCJ,
informando sobre o início da Cobrança e sobre o “Acordo Regional”, para que os mesmos já possam planejar a previsão de
recursos nos seus orçamentos para o ano de 2006. **7 - Discussão sobre a cobrança no Setor Agrícola:** O sr. Patrick fez
uma apresentação sobre “Subsídios à Definição da Metodologia de Cobrança do Setor Agrícola”, propondo a adoção de
coeficiente que reduza os valores a serem pagos pelo setor agrícola, tendo por base planilha elaborada que considerou os
60 impactos no setor com os valores da cobrança atuais. Após discussão, de quanto deveria ser o coeficiente de cobrança para
o Setor Rural, chegou-se na seguinte proposta: adotar um coeficiente “Kr” (coeficiente para o Setor Rural), que
multiplicará o valor a ser pago pelo usuário agrícola, de 0,1, pelo prazo de dois anos, solicitando-se à CT-Rural que discuta
a metodologia de variação de “Kr”. Tal proposta foi aprovada por unanimidade. Foi consensado que os gastos, com
recursos próprios dos usuários, com equipamentos que promovam o uso mais eficiente da água no meio rural, poderão ser
65 abatidos no valor total a ser pago por esse usuário, devido à cobrança nesse setor. **8 - Discussão sobre a data de
implantação e progressividade:** Quanto à data para a implantação efetiva da Cobrança e a progressividade da sua
implantação, foram apresentadas várias propostas de encaminhamento, chegando-se à seguinte conclusão, por
unanimidade: o início será em 01/01/2006 e a progressividade será: 60% no 1º ano; 75% no 2º ano, e 100% no 3º ano. No
70 final do 2º ano serão re-discutidos os mecanismos de cobrança e os valores, não devendo ser discutida a progressividade. O
sr. Paschoalotti propôs, e todos concordaram, que deverá ser acrescentado na fórmula de cobrança um K (garantia de
retorno de 100% do montante arrecadado) que será 0 ou 1, a ser deliberado pelos Comitês PCJ na última reunião do ano,
após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União. **9 - Discussão da Minuta de Deliberação:** Foi entregue aos
presentes uma minuta parcial de Deliberação, elaborada pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, decidindo-se,
75 entretanto, que não haveria tempo para leitura e discussão da mesma. Assim, deliberou-se pela sua apreciação na próxima
reunião, na qual serão entregues suas complementações. **10. Encerramento:** Sem mais, deu-se por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti

Secretário-executivo dos Comitês PCJ e Coordenador do GT-Cobrança

80